

ESTUDO TÉCNICO

N.º 08/2013

Análise das ações de Inclusão
Produtiva nos municípios brasileiros
segundo os Censos SUAS 2011 e 2012

MDS

SAGI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO A SALA 323

CEP 70054-960 BRASÍLIA DF TEL. 61 3433 1501

Estudo Técnico

08/2013

Análise das ações de inclusão produtiva nos municípios brasileiros segundo Censo SUAS 2011 e 2012.

Técnicos responsáveis

Marcel Petrocino Esteves

Marconi Fernandes de Sousa

Revisão

Alexander Cambraia Nascimento Vaz

Paulo de Martino Jannuzzi

Estudos Técnicos SAGI é uma publicação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) criada para sistematizar notas técnicas, estudos exploratórios, produtos e manuais técnicos, relatórios de consultoria e reflexões analíticas produzidas na secretaria, que tratam de temas de interesse específico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para subsidiar, direta ou indiretamente, o ciclo de diagnóstico, formulação, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações.

O principal público a que se destinam os Estudos são os técnicos e gestores das políticas e programas do MDS na esfera federal, estadual e municipal. Nesta perspectiva, são textos técnico-científicos aplicados com escopo e dimensão adequados à sua apropriação ao Ciclo de Políticas, caracterizando-se pela objetividade, foco específico e tempestividade de sua produção.

Futuramente, podem vir a se transformar em artigos para publicação: Cadernos de Estudos, Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) ou outra revista técnica-científica, para alcançar públicos mais abrangentes.

Palavras-chave: CENSO SUAS; atividades de inclusão produtiva; capacitação e qualificação profissional.

Unidade Responsável

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 307

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1501 | Fax: 3433-1529

www.mds.gov.br/sagi

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo de Martino Jannuzzi

Secretária Adjunta

Paula Montagner

Apresentação

Este estudo técnico tem o objetivo de apresentar os resultados identificados no Censo SUAS 2011 e 2012 quanto à diversidade e dimensão - em termos de público atendido - das ações de inclusão produtiva realizadas nos municípios brasileiros. O Censo SUAS é um levantamento anual que levanta informações sobre recursos humanos, físicos e institucionais junto a diferentes atores do Sistema Único da Assistência Social, entre eles as Secretarias Municipais de Assistência Social. Em 2011 incluiu-se no levantamento um questionário suplementar para identificar as ações de Inclusão Produtiva, com destaque à qualificação profissional e, em 2012, de projetos de geração de trabalho e renda.

Contextualização

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é realizada de forma integrada às políticas setoriais, levando em consideração as desigualdades socioterritoriais, a garantia de direitos mínimos e as condições para assegurar as contingências sociais e a universalização de direitos. Dentre seus principais objetivos, estão previstos o provimento de serviços, projetos e benefícios de Proteção Social Básica para famílias, grupos ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Além disso, objetiva contribuir para a inclusão e equidade de grupos específicos, ampliando o acesso a serviços socioassistenciais em áreas urbanas e rurais. Nesse sentido, as ações de inclusão produtiva se inserem nos serviços de proteção básica, por meio da articulação de um conjunto de ações que busquem a socialização e o acolhimento, assim como a promoção da integração de indivíduos ao mercado de trabalho.

As ações de inclusão produtiva se enquadram enquanto projetos, nos termos dos Artigos 25 e 26 da Lei Orgânica de Assistência Social¹ (LOAS), caracterizados por investimentos nos grupos populacionais em situação de pobreza, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas, dentre as quais, as que assegurem meios e capacidade produtiva e de gestão para melhoria da qualidade de vida, de forma articulada como outras políticas públicas. Nessa perspectiva, se inserem os serviços e

¹ Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei 8.742, de 06 de julho de 2011.

projetos de capacitação e inserção produtiva, sendo que algumas das ações são monitoradas por meio do Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS).

A inclusão produtiva pode ser definida como

"o estímulo ao desenvolvimento de atividades econômicas de pequenos negócios individuais ou coletivos (associativos ou cooperados) que permitam a emancipação econômica auto-sustentada pela geração de trabalho e renda, ou a inserção no mercado de trabalho formal. Inclui desde o apoio à elaboração de soluções empreendedoras micro empresariais, até a capacitação e qualificação profissional em atividades já existentes no local" (MANUAL CENSO SUAS 2011, p. 57).

O apoio à inclusão produtiva está contemplado nos Planos Plurianuais do Governo Federal, em ações sócio-assistenciais complementares às políticas públicas setoriais de formação profissional, capacitação e geração de renda. Um dos desafios do Sistema Único de Assistência Social é a promoção da inclusão produtiva de famílias que se encontram em situação de risco ou vulnerabilidade social.

O conjunto de projetos de inclusão produtiva busca firmar as condições para a geração de renda e oportunidades de trabalho para parcela de inscritos no CadÚnico. Nesse sentido, as **políticas de inclusão produtiva** são distintas das demais **políticas de emprego** e almejam assegurar um objetivo que foi definido na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS): "promoção da integração ao mercado de trabalho" (Art. 2º, Inciso III), contemplando uma dimensão mais ampla para o mercado de trabalho que não se reduzem ao emprego. No âmbito do PPA 2008-2011², podem ser apontadas as iniciativas relacionadas à inclusão produtiva de famílias pobres, como os Programas *Microcrédito Produtivo Orientado* e *Economia Solidária em Desenvolvimento*.

A descentralização das políticas sociais de inclusão produtiva executadas e apoiadas pelo MDS foram consolidadas na Assistência Social como política de Estado. Tais políticas, orientadas a partir de marcos normativos da Assistência Social foram pactuadas entre o governo federal, estados, municípios e a sociedade civil, como a Política Nacional de Assistência Social. As ações de inclusão produtiva foram contempladas na NOB SUAS 2010, articulada com a política de qualificação profissional e com os CRAS responsáveis pelo cadastramento e mobilização das famílias e na

² Plano Plurianual 2008-2011 do Governo Federal. Mensagem Presidencial, Volume 1, p. 69.

Portaria nº 442 de 2005 (com a previsão de financiamento de serviços de inclusão produtiva por meio do Piso Básico Fixo voltado aos beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício da Prestação Continuada). Posteriormente, com Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, são executadas reconhecendo as especificidades regionais e os aspectos de territorialização e partir da descentralização das atividades e dos recursos.

A participação do MDS nas ações de inclusão produtiva se intensifica a partir de 2008, com a atuação da extinta SAIP e a promulgação do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social. No Plano Plurianual 2012-2015 e face aos desafios colocados pelo Plano Brasil Sem Miséria, as ações no campo da inclusão produtiva são reformuladas.

Com a instituição do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec³, coordenado pelo Plano Brasil Sem Miséria em parceria com o Ministério da Educação (MEC), são ofertados cursos de qualificação profissional voltados para inserção no mercado de trabalho. Os cursos são ofertados por instituições de ensino técnico e tecnológico habilitadas pelo MEC e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a execução dos programas é desenvolvida pela assistência social junto às prefeituras municipais, responsáveis pela mobilização dos beneficiários, definição dos cursos adequados à demanda do mercado local, pré-matrículas e acompanhamento dos alunos, com apoio dos governos estaduais. A meta do Plano Brasil Sem Miséria é capacitar um milhão de pessoas inscritas no Cadastro Único até 2014.

Em 2012, é instituído o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho⁴, com vigência entre 2012 e 2014. A partir do entendimento de que o acesso ao mercado de trabalho não é exclusividade da assistência social, mas resultado de intervenção intersetorial e da articulação de diferentes políticas públicas, o Programa se constitui em um conjunto de ações de

³ Lei 12.513 de 26 de outubro de 2011.

⁴ Instituído pelo Conselho Nacional de Assistências Social (CNAS) com a Resolução nº 18 de 24 de maio de 2012, implementado em parceria com as secretarias municipais de assistência social, com apoio das secretarias estaduais de assistência social. O Programa contempla a descentralização de recursos do governo federal aos municípios que aderirem à ação (via Fundo de Assistência Social) com prazos de adesão e critérios definidos a partir da Comissão Intergestores Tripartite e deliberado pelo CNAS.

articulação com políticas públicas de trabalho, emprego e renda de mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social para acesso a políticas de trabalho e emprego. A participação da assistência social de forma articulada nas ações de qualificação profissional por meio do Pronatec e outras linhas de inclusão produtiva urbana se faz necessária para contemplar a grande parcela de indivíduos em situações de vulnerabilidade e público-alvo a que o programa busca contemplar.

Inclusão Produtiva nos Censos Suas:

Para apreender a atuação do MDS nas ações de inclusão produtiva, apesar de não ser o único protagonista, e evidenciar alguns encaminhamentos aos desafios prementes para a inclusão produtiva no âmbito do SUAS, são considerados no presente estudo técnico os resultados dos CENSOS SUAS para os anos de 2011 e 2012.

O Censo SUAS realizado pelo MDS tem como objetivo de identificar as condições de infraestrutura e funcionamento de equipamentos públicos da assistência social, assim como avaliar os recursos humanos, serviços e programas em curso em cada uma das unidades investigadas. Um dos questionários aplicados – via web- é o da Gestão Municipal, respondido pelas secretarias municipais de Assistência Social. Um dos 10 blocos de tal questionário aborda a temática da inclusão produtiva (Bloco 9: Ações de Inclusão Produtiva). No Censo SUAS 2011, o questionário foi respondido por 5416 municípios. A edição de 2012 do CENSO SUAS contabilizou 5314 municípios.

São apresentadas a seguir as análises dos dados investigados nas edições de 2011 e 2012 do Censo SUAS, particularmente o levantamento das ações de inclusão produtiva respondidas pelo gestor da assistência social no município, realizadas diretamente pelas unidades da assistência social presentes nos municípios e ainda por órgãos de âmbito municipal e de demais entes federativos, contemplando também parcerias com instituições privadas. Os dados a seguir referem-se às ações no campo da inclusão produtiva e seu desenvolvimento e fomento para a geração de trabalho e renda e as iniciativas para formação, qualificação e capacitação profissional.

Uma das questões investigadas no Censo SUAS é a existência de consórcios municipais. A partir da promulgação da Lei 11.107, de 06 de abril de 2005 que

regulamentou os consórcios públicos, é ampliada a celebração de convênios caracterizados pela cooperação em função de objetivos institucionais comuns entre diferentes entes federativos, como os convênios entre o governo federal e municípios. Tal instrumento permite a execução de ações descentralizadas nos municípios. Em 2011, 776 municípios declararam possuir algum consórcio público, evoluindo para 828 municípios em 2012.

De acordo com os dados do CENSO SUAS 2011, dos 5416 municípios que responderam ao questionário, 1688 municípios (31,2%) realizaram algum estudo setorial e/ou diagnósticos socioeconômico, inexistente para a maioria dos respondentes, representados por 3728 municípios (68,8%) (Tabela 1). No ano de 2012, mantém-se a mesma cifra: dentre os 5314 respondentes, 1591 municípios (29,9%) informaram realizar tais estudos. Um tanto surpreendente é o fato de que na região Sudeste a parcela de municípios que realizam tais estudos é menor que nas demais regiões: da ordem de 26-27% no período.

Como era de se esperar, os estudos realizados tiveram principal aplicação na formulação de ações para potencializar o desenvolvimento socioeconômico do município (66,8% dos municípios respondentes que realizaram estudo setorial e/ou diagnóstico socioeconômico em 2012). Ressalta-se também a pertinência do emprego das informações obtidas a partir dos estudos setoriais e/ou de diagnósticos para identificar a demanda por oferta de cursos de capacitação e formação profissional realizados pelos municípios (54,9%).

Tabela 1: Municípios que realizaram estudo setorial e/ou diagnóstico socioeconômico nos últimos 5 anos - Brasil e Grandes Regiões (2011 /2012).

Brasil e Grandes Regiões	Existe algum tipo de estudo setorial e/ou diagnóstico socioeconômico do município (vocação, potencialidade, matéria prima, mercado e iniciativas existentes) que tenha sido realizado nos últimos 5 anos?									
	2011					2012				
	Sim		Não		Total	Sim		Não		Total
Brasil	1688	31,2	3728	68,8	5416	1591	29,9	3723	70,1	5314
Norte	136	31,4	297	68,6	433	137	31,5	298	68,5	435
Nordeste	626	35,6	1133	64,4	1759	562	33	1139	67	1701
Sudeste	429	26,7	1179	73,3	1608	412	26	1174	74	1586
Sul	347	30,1	807	69,9	1154	346	30,2	799	69,8	1145
Centro-Oeste	150	32,5	312	67,5	462	134	30	313	70	447

Fonte: MDS - Censo SUAS 2011; 2012.

Tabela 2: Utilização das informações pelo conjunto de municípios que realizaram estudo setorial e/ou diagnóstico socioeconômico nos últimos 5 anos - Brasil e Grandes Regiões (2012).

As informações foram utilizadas para:	Quantidade de municípios	%
Negociar com o Sistema "S" (Senai, Senac) e Instituto Federal a oferta de vagas do PRONATEC	525	33,0
Direcionar a oferta de cursos de capacitação e formação profissional realizados pela prefeitura	874	54,9
Formação de cooperativas	255	16,0
Estruturação de ações para inclusão produtiva	777	48,8
Ações para potencializar o desenvolvimento socioeconômico do município	1063	66,8

Fonte: MDS - Censo SUAS 2012.

Pelo que informam os dados do Censo Suas, a Inclusão Produtiva está presente na grande maioria dos municípios brasileiros. Na Tabela 3 observa-se que 4396 municípios (81,2% do total de respondentes) realizaram ações de inclusão produtiva em 2011, cifra muito próxima a de 2012 (1017 municípios, representando 80,9% entre os respondentes). Destaca-se, novamente, a média mais baixa de participação da região Sudeste em relação às demais regiões: 74,6% em 2011 e 74,7% em 2012.

Tabela 3: Ações, programas ou projetos de inclusão produtiva desenvolvidas pelos governos municipais - Brasil 2011/2012.

Brasil e Grandes Regiões	O governo municipal desenvolve ações, programas ou projetos de inclusão produtiva para geração de trabalho e renda?									
	2011					2012				
	Sim	%	Não	%	Total	Sim	%	Não	%	Total
Brasil	4396	81,2	1020	18,8	5416	4.297	80,9	1.017	19,1	5.314
Norte	359	82,9	74	17,1	433	356	81,8	79	18,2	435
Nordeste	1477	84	282	16	1759	1.418	83,4	283	16,6	1.701
Sudeste	1199	74,6	409	25,4	1608	1.185	74,7	401	25,3	1.586
Sul	949	82,2	205	17,8	1154	956	83,5	189	16,5	1.145
Centro-Oeste	412	89,2	50	10,8	462	382	85,5	65	14,5	447

Fonte: MDS - Censo SUAS 2011; 2012.

Em relação às ações, programas ou projetos de qualificação ou capacitação profissional desenvolvidos pelos municípios, nota-se na Tabela 4 que, em 2011, 4.366 municípios (80,6%) desenvolveram iniciativas de qualificação ou capacitação profissional. Em 2012 esse conjunto foi representado por 4308 municípios (81,1%). Entre as grandes regiões, a região Norte apresenta menor participação no período analisado: 76,9% em 2001 com pequeno acréscimo na participação em 2012 (77,5%). A região Sudeste vem em seguida no período, corroborando as tendências gerais apontadas anteriormente.

Tabela 4: Ações, programas ou projetos de qualificação ou capacitação profissional desenvolvidas pelos governos municipais.

Brasil e Grandes Regiões	O governo municipal desenvolve ações, programas ou projetos de formação, qualificação ou capacitação profissional?									
	2011					2012				
	Sim	%	Não	%	Total	Sim	%	Não	%	Total
Brasil	4366	80,6	1050	19,4	5416	4308	81,1	1006	18,9	5314
Norte	333	76,9	100	23,1	433	337	77,5	98	22,5	435
Nordeste	1445	82,1	314	17,9	1759	1410	82,9	291	17,1	1701
Sudeste	1265	78,7	343	21,3	1608	1248	78,7	338	21,3	1586
Sul	928	80,4	226	19,6	1154	937	81,8	208	18,2	1145
Centro-Oeste	395	85,5	67	14,5	462	376	84,1	71	15,9	447

Fonte: MDS - Censo SUAS 2011; 2012.

Educação de Jovens e Adultos, Inclusão Digital e Qualificação Profissional são as ações mais presentes em Inclusão Produtiva nos Municípios brasileiros no período, como mostram as Tabela 5 e 6. Pelo menos dois terços dos municípios informaram

desenvolver ações nessas áreas no período. Fomento ao Artesanato também é uma ação presente em parcela significativa nos municípios, ainda que com participação decrescente no período (de 60% para 45% dos municípios de 2011 para 2012). O Fomento ao Empreendedorismo Individual e Coletivo e concessão de Microcrédito está presente em número significativo de municípios brasileiros (pelo menos 25% declararam realizá-las em 2012). Já a Intermediação de Mão de Obra estava presente em parcel menor, de 20 a 22% dos municípios. Vale destacar a atuação crescente em ações de Encaminhamento aos Cursos de Qualificação Profissional (42% assim o informaram em 2012), o que deve ser um dos efeitos desencadeados pela ampliação da oferta dos cursos Pronatec pelo país e pela criação do do ACESSUAS.

Tabela 5: Ações desenvolvidas pelos municípios - Brasil, 2011

Ações de inclusão produtiva para geração de emprego e renda e/ou formação, qualificação ou capacitação profissional	Quantidade de municípios	%
1: Educação de Jovens e Adultos	3904	72,1
15: Inclusão digital	3879	71,6
3: Qualificação profissional	3750	69,2
14: Fomento ao Artesanato	3246	59,9
11: Fomento ao Associativismo e ao Cooperativismo	1765	32,6
5: Fomento ao empreendedorismo individual	1631	30,1
6: Fomento ao empreendedorismo coletivo	1323	24,4
4: Intermediação de mão-de-obra	1193	22,0
12: Microcrédito	1100	20,3
10: Fomento à Economia Solidária	1002	18,5
2: Educação Técnica e Tecnológica	769	14,2
8: Assistência Técnico-gerencial a empreendimentos coletivos	528	9,7
7: Assistência Técnico-gerencial a empreendimentos individuais	511	9,4
13: Fomento ao Extrativismo	333	6,1
9: Incubação de empreendimentos	265	4,9

Fonte: MDS - Censo SUAS 2011.

Tabela 6: Ações desenvolvidas pelos municípios - Brasil, 2012

Ações de inclusão produtiva para geração de emprego e renda e/ou formação, qualificação ou capacitação profissional	Quantidade de municípios	%
1: Educação de Jovens e Adultos	3807	71,6
3: Qualificação profissional	3553	66,9
15: Inclusão digital	3492	65,7
16: Mobilização e sensibilização de usuários para cursos de capacitação	2397	45,1
14: Fomento ao Artesanato	2394	45,1
18: Encaminhamento de usuários para cursos de qualificação profissional	2248	42,3
19: Articulação da Prefeitura com o Sistema "S", Institutos Federais ou Outras Instituições	1842	34,7
5: Fomento ao empreendedorismo individual	1608	30,3
11: Fomento ao Associativismo e ao Cooperativismo	1392	26,2
12: Microcrédito	1349	25,4
17: Acompanhamento dos cursos oferecidos pelo PRONATEC	1302	24,5
6: Fomento ao empreendedorismo coletivo	1197	22,5
4: Intermediação de mão-de-obra	1119	21,1
2: Educação Técnica e Tecnológica	1037	19,5
10: Fomento à Economia Solidária	789	14,8
7: Assistência Técnico-gerencial a empreendimentos individuais	536	10,1
8: Assistência Técnico-gerencial a empreendimentos coletivos	481	9,1
23: Apoio a Redes e Cadeias Produtivas	462	8,7
24: Fomento a pólo industrial	395	7,4
9: Incubação de empreendimentos	271	5,1
13: Fomento ao Extrativismo	268	5,0
22: Central de Comercialização	216	4,1
21: Apoio Jurídico às empresas	145	2,7
20: Central de Autônomos	61	1,1

Fonte: MDS - Censo SUAS 2012.

Os cursos de qualificação profissional oferecidos nos municípios brasileiros envolveram quase 1 milhão de vagas em 2011, com sensível redução em 2012 para 776 mil (Tabelas 7 e 8). Contudo, aparentemente, houve uma qualificação da oferta, em direção a cursos com maior aderência aos mercados de trabalho regionais. Embora se mantenham entre aqueles com maior oferta de vagas em 2011 e 2012, os cursos de Artesanato (incluindo arte e cultura para o ano de 2012) e Alimentação deixam de oferecer mais de 100 mil vagas no período, passando de 330 mil para 225 mil vagas no período. Em que pesem as dificuldades de comparação da oferta de vagas entre 2011 e 2012 em função da mudança de classificação temática dos cursos, parece haver uma maior diversificação de oferta em direção a cursos voltados a ocupações industriais e de serviços.

Tabela 7: Cursos de qualificação profissional ofertados pelos municípios, segundo áreas temáticas - Brasil, 2011.

2011			
Área temática do curso	Quantidade de municípios	Quantidade de cursos	Quantidade de vagas
5: Artesanato	2368	4441	202362
3: Alimentação	1771	2858	130676
99: Outros cursos	1299	2375	129466
6: do Comércio e Serviços	745	1525	63879
1: Administração	512	771	57225
7: Construção e Reparos	704	1123	48124
30: Vestuário	727	865	46192
4: Arte e cultura	610	832	42992
9: Gestão e Empreendedorismo	393	562	42981
24: Serviços pessoais	507	778	35116
29: Vários setores	288	456	27888
18: Agricultura	426	620	20762
25: Telemática	93	107	20181
26: Têxtil	367	432	17485
8: Esporte e Lazer	106	116	16681
15: Mecânica e manutenção	265	353	15159
28: Turismo e hospitalidade	162	229	11616
23: Serviços domésticos	226	258	10352
22: Saúde	220	264	9407
16: Metalmecânica	84	132	8771
13: Madeiras e Móveis	125	135	6331
19: Pecuária	126	188	5585
2: Agroextrativismo	85	96	4307
31: Reciclagem (resíduos sólidos, óleos e gorduras residuais)	91	95	4025
20: origem animal e vegetal	89	110	2612
10: Pública e terceiro setor	47	50	2558
27: Transporte	39	48	2387
21: Química e plásticos	61	64	2332
17: Pesca	61	64	1866
12: Joalheria	33	35	1636
11: Gráfica	34	39	1297
14: terrestres e aquáticos	17	17	1029
<i>Total</i>		<i>20038</i>	<i>993280</i>

Fonte: MDS - Censo SUAS 2011.

Essas características de maior diversificação e foco no mercado regional são mais evidentes nos municípios contemplados pelo Pronatec em 2012, como mostrado na Tabela 8. É ilustrativo neste sentido que nesses municípios a oferta de vagas em

Artesanato e Alimentação seja relativamente mais baixa- ainda que significativas- que no conjunto de todos os municípios que declararam realizar cursos de qualificação. Nos municípios atendidos pelo Pronatec, que ofertaram, no seu conjunto, 49% do total de vagas em 2012, há maior incidência de vagas em cursos de informática e web, administração, construção civil e de ocupações industriais.

No Censo SUAS de 2012, levantou-se a natureza dos projetos de geração de trabalho e renda (Tabela 9). Cerca de 43% dos municípios - 2279 - declararam desenvolver projetos de geração de trabalho e renda, abarcando um conjunto de 6,6 mil projetos e 326 mil pessoas na gestão e/ou operação dos mesmos. Dentre estes municípios, destacam-se, três conjuntos de projetos, respectivamente, considerando-se a quantidade de municípios, quantidade de projetos e número de pessoas envolvidas: Projetos de apoio a serviços e atividades comerciais (atividades 14 e 13), presentes em mais de 400 municípios; e projetos de crédito e microcrédito para empreendedor individual (52).

Tabela 8: Cursos e vagas ofertados pelos municípios, incluindo municípios contemplados pelo PRONATEC, segundo áreas temáticas dos cursos. Brasil, 2012.

Área temática do curso	Cursos ofertados pelos municípios			Municípios contemplados pelo PRONATEC			% de vagas nos municípios PRONATEC em relação ao total
	quantidade de municípios	quantidade de cursos	vagas	quantidade de municípios PRONATEC	quantidade de cursos	vagas	
10: Administração e gestão	619	1106	75782	209	461	44929	59,3
11: Agricultura	239	418	13757	38	58	1785	13,0
12: Agroextrativismo	43	49	2303	7	7	315	13,7
13: Alimentação	1137	1963	86436	269	514	35719	41,3
14: Arte, cultura e artesanato	1473	3058	138967	298	657	45854	33,0
15: Comércio	415	787	33824	134	286	15122	44,7
16: Comunicação	53	66	7984	22	28	6194	77,6
17: Construção Civil	497	777	35307	173	333	20480	58,0
18: Design	79	96	3502	28	34	1897	54,2
19: Educação	111	179	10017	26	45	3196	31,9
20: Esporte e Lazer	35	40	4957	4	6	370	7,5
21: Hospitalidade e turismo	147	224	12114	71	111	8467	69,9
22: Indústria de alimentos	114	167	5619	39	54	2113	37,6
23: Indústria de borracha	2	2	35	0	0	0	0,0
24: Indústria de jóias	16	16	482	4	4	160	33,2
25: Indústria de móveis e madeiras	58	69	2158	24	31	1362	63,1
26: Indústria de plásticos	2	2	257	1	1	220	85,6
27: Indústria de vestuário e calçados	421	519	30242	130	186	14727	48,7
28: Indústria extrativa mineral	7	8	362	3	3	82	22,7
29: Indústria gráfica	8	8	1014	3	3	885	87,3
30: Indústria metal mecânica	104	171	11189	46	95	8329	74,4
31: Indústrias minerais não metálicos	2	2	114	2	2	114	100,0
32: Indústria papel e celulose	2	2	120	1	1	80	66,7
33: Indústria química e plásticos	15	16	751	5	5	463	61,7
34: Indústria têxtil	188	230	10496	48	64	4314	41,1
35: Informática e web	505	603	83774	168	227	60083	71,7
36: Manutenção de máquinas	121	140	4988	41	52	2144	43,0
37: Manutenção elétrica	259	282	9593	82	92	4611	48,1
38: Manutenção predial	79	90	4818	36	44	3494	72,5
39: Manutenção hidráulica	81	84	3487	36	37	2082	59,7
40: Manutenção de veículos terrestres e aquáticos	80	95	4723	41	53	3483	73,7
41: Pesca	22	24	736	4	5	125	17,0
42: Produção e peq. industrialização de alimentos (animal ou vegetal)	60	79	2382	13	13	269	11,3
43: Reciclagem	144	156	6576	33	37	2346	35,7
44: Saneamento	15	17	543	9	11	301	55,4
45: Saúde	150	186	7038	43	59	1978	28,1
46: Segurança	32	36	1836	15	17	982	53,5
47: Serviços de comum, rádio e TV	10	10	850	7	7	660	77,6
48: Serviços de jardinagem e agricultura urbana	68	69	2006	15	16	493	24,6
49: Serviços domésticos	137	150	4422	44	47	1466	33,2
50: Serviços gráficos	15	15	922	6	6	687	74,5
51: Serviços pessoais	414	684	32966	128	235	17669	53,6
52: Transporte	30	43	2690	16	20	1791	66,6
99: Outra área temática não elencada	985	2015	114422	237	608	61627	53,9
Total de vagas			776561			383468	49,4

Fonte: SAGI/MDS, 2013.

Tabela 9: Projetos de geração de trabalho e renda desenvolvidos pelos municípios - Brasil, 2012.

Categoria do projeto	Num muni- cípios	Qte projetos	Número de pessoas envolvidas na gestão/operacão
Apoio à comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários			
10. Atividade agrícola, pecuária e extrativa (comercialização)	184	274	22337
11. Atividade de agricultura urbana (comercialização)	91	107	9179
12. Atividade industrial (comercialização)	179	217	15823
13. Atividade comercial (comercialização)	452	868	35131
14. Atividade de serviços (comercialização)	596	1242	44311
19. Outras atividades relacionadas à comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários	234	428	21446
Apoio a empreendimentos através de incubadora			
20. Projetos até R\$ 50 mil reais	27	35	1735
21. Projetos de R\$ 51 mil a R\$ 100 mil	7	7	432
22. Projetos de R\$ 101 mil a R\$ 500 mil	10	12	2915
23. Projetos de R\$ 501 mil a R\$ 1 milhão	4	5	527
24. Projetos de mais de R\$ 1 milhão	1	1	110
29. Outros empreendimentos de formação de empresas	41	51	3420
Apoio à gestão de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários			
30. Desenvolvimento de plano de negócio	27	37	1701
31. Apoio para elaboração de projeto para acesso a fundos públicos	10	13	1886
32. Apoio para elaboração de projeto para acesso a fundos privados	1	1	45
39. Outros projetos de apoio à gestão de negócios, de cooperativas e empreendimentos solidários	63	97	5980
Apoio ao associativismo, cooperativismo e economia solidária			
40. Atividade agrícola, pecuária e extrativa (cooperativismo)	37	43	2026
41. Atividade de agricultura urbana (cooperativismo)	18	19	419
42. Atividade industrial (cooperativismo)	50	53	1619
43. Atividade comercial (cooperativismo)	63	72	1586
44. Atividade de serviços (cooperativismo)	47	64	2275
49. Outras atividades de apoio ao associativismo, ao cooperativismo e a economia solidária	131	168	16672
Crédito e microcrédito			
50. Para compra de máquinas e outros equipamentos	21	23	1937
51. Para compra de insumos para a produção	20	21	409
52. Para o empreendedor individual	324	663	26333
53. Para consumo	110	167	4738
59. Outras atividades relacionadas a crédito e microcrédito	18	20	811
Inclusão digital			
60. Inclusão digital de 1º nível (acesso a computadores ligados à internet)	230	234	12652
61. Inclusão digital de 1º nível (satisfazer necessidades: como extrair da Web informações que necessitam)	58	59	2699
99. Outras categorias não contempladas	685	1636	84858
<i>Total</i>		6637	326012

Fonte: MDS - Censo SUAS 2012.

Nota 1: Foram excluídos sete (7) registros de projetos sem áreas especificadas pelos respondentes.

Considerações Finais:

Foram apresentados nesse estudo, em caráter exploratório, os resultados das ações de inserção produtiva levantadas, de forma inédita no país, pelo Censo do Sistema Único de Assistência Social, para os anos de 2011 e 2012. Apresentaram-se as experiências de cursos de qualificação profissional e projetos de geração de trabalho e renda nos municípios brasileiros no período.

Os resultados do Censo SUAS para os anos observados mostraram que, apesar da diminuição no total de municípios respondentes ao Censo de 2012 em relação a 2011 (caindo de 5416 para 5314 municípios) há uma continuidade, com sensíveis variações no conjunto de municípios que desenvolvem projetos de inclusão produtiva, inclusive no oferecimento de cursos. Por outro lado, apreende-se de forma geral que apesar de cerca de 81% dos municípios considerados assinalarem que desenvolvem iniciativas de inclusão produtiva para geração de trabalho e renda, assim como cerca de 81% dos municípios atuam na formação, qualificação ou capacitação profissional, ainda é relativamente reduzido o contingente de municípios que realizaram estudos setoriais ou diagnósticos socioeconômicos recentes para orientar suas ações na área. Tal condição assinala a dificuldade de identificação e levantamento de informações pelos municípios no que tange à vocação, iniciativas existentes e potencialidades econômicas e de inserção produtiva local.

Há muito por se analisar nesses levantamentos com relação a essas questões e suas relações com demais serviços da Assistência Social e outras Políticas Municipais. Para tanto a SAGI disponibiliza para a sociedade e pesquisadores a possibilidade de descarregar os microdados do Censo Suas em seu Portal de Pesquisas (www.mds.gov.br/sagi).